

# COMUNHÃO EM UM MUNDO DIVIDIDO

JÜRGEN MOLTMANN

(Conferência pronunciada perante o Comitê Central do Conselho Mundial de Igrejas, em Utrecht, agosto de 1972, e publicada (em tradução do alemão para o inglês) em THE ECUMENICAL REVIEW de outubro, 1972. O Dr. Moltmann é professor de Teologia Sistemática em Tübingen, Alemanha Ocidental).

O Bispo Sarkissian nos falou na qualidade de bispo da Igreja; falarei agora na qualidade de teólogo político. Diante do que ele disse, torna-se claro que a Igreja é a comunhão de Deus com o homem, do homem com o homem, e da humanidade com toda a criação. A título de complemento e contraponto, desejo falar sobre a crítica situação política, econômica e cultural que o mundo atravessa, que coloca diante de nós o imperativo da comunhão e da paz, para que se possa impedir a destruição do mundo. Uma coisa é compreender, em termos de dogma, o que é a Igreja, na verdade de Cristo; é bem outra reconhecer, em termos práticos, onde e de que modo a Igreja penetra a verdade de Cristo. Onde o próprio Cristo está, aí se encontra a verdadeira Igreja. É Cristo que envia a sua Igreja e lhe oferece

respaldo, na Palavra, nos Sacramentos, e na Fraternidade. Mas ele também aguarda a sua Igreja entre os famintos, os cativos e os humilhados deste mundo: "Sempre que os visitais, a mim o fazeis". Assim, pois, Cristo está sempre adiante da Igreja, cuja tarefa é a de estar presente, com todos os seus recursos, onde quer que no mundo ele lhe acenar. É sobre os lugares onde a Igreja deve estar presente, num mundo dividido e ameaçado de extinção, como é o nosso, que desejo falar.

O Conselho Mundial de Igrejas espera e busca um futuro em que um "Conselho verdadeiramente universal possa novamente falar em nome de todos os cristãos". (1) Considero isto uma necessidade vital — não somente para a Igreja, como para toda a humanidade. Os grandes concílios eclesiásticos da

(1) Relatório da Assembléia de Upsália, 1968, p. 18 (CMI, Genebra)

antiguidade que, a propósito nos vêm à mente, foram convocados pelo Imperador. Pretendia-se, através deles, reconciliar a unidade da Igreja e a unidade do Império. Mas hoje em dia quem convocará tal concílio? Não temos um governo universal, com a responsabilidade pela paz no mundo. Não existe "um só mundo", mas antes o mundo dividido pela injustiça social, pela ameaça militar, pela opressão política, e pela destruição da natureza, sobre o qual paira a ameaça da extinção total. Como, então, será convocado um concílio, se não pela própria urgência da situação em que se encontra a raça humana? Quem denunciará de público o perigo mortal, com clareza tal que não deixe margem para dúvida, se não aqueles que falam, vicária e profeticamente, na Igreja e no mundo, em favor das vítimas das forças que militam contra a paz? Nos concílios da Igreja primitiva foi o Imperador que abriu o caminho. Hoje, a Igreja deve colocar-se à frente das iniciativas em prol da paz da humanidade. Onde o povo estiver resignado à morte, ela deverá despertar a esperança de vida; onde estiver preso no círculo vicioso da aniquilação mútua, deverá erguer sinais de paz; onde as pessoas estiverem destruindo umas às outras, deverá criar comunhão.

A paz é o corpo da comunhão. A comunhão é a alma da paz. A paz universal tornou-se uma condição essencial da existência nesta era técnica e científica (C. F. von Weiszacker). Ela é um imperativo absoluto da sobrevivência da espécie humana. A dura alternativa, "vida ou morte", se introduz de forma nova e muito real nos fundamentos da nossa história. Outras épocas experimentaram, sem dúvida, conflitos de vida e morte. Hoje, porém, a verdade é que divididos, estamos condenados; unidos, sobreviveremos. A alternativa é simples: "um mundo, ou mundo nenhum". Antigamente podia-se falar nas histórias das nações, no plural: cada país, cada religião, tinha sua própria história, seu passado e seu futuro próprios. Não havia história universal — somente as histórias de seres humanos

no mundo. A natureza não era largamente atingida e, quando destruída, se renovava pelos próprios processos naturais. Se agora ingressarmos no mundo uno, unido, poderemos ainda conservar — no plural — os nossos passados e tradições próprias; o futuro e a esperança, porém, somente existirão no singular. Para os seres humanos, nas suas relações uns com os outros e com a natureza, somente haverá um futuro comum. Temos em nosso poder a destruição total do mundo. Compete-nos, pois, construir um futuro que contenha a vida.

Mas qual a natureza dessa nova comunhão, que reconhece a paz universal como condição essencial à sua existência e procura transformá-la em realidade? Quem é responsável pela paz universal? Quanto maior se torna o poder do homem sobre a natureza, maior se torna a sua responsabilidade. Atualmente o poderio técnico, econômico e militar de certas nações cresce desenfreado. Porém, as instituições responsáveis pela orientação política e pela justiça não se desenvolvem no mesmo ritmo e continuam prerrogativa de certas classes e nações. O poder econômico e militar conduz toda a raça humana e a vida terrestre para um sofrimento comum. Todavia, a responsabilidade por todo esse poderio se acha nas mãos de muito poucos. Aí está uma situação de desequilíbrio, que constitui perigo para a paz universal e empecilho constante à sua realização, pois a maioria das decisões sofrem a influência dos interesses particulares de raça, classe ou nação. Há necessidade de órgãos internacionais e supernacionais que tomem as decisões e exerçam responsabilmente o poder, em favor da paz universal, pois nada menos que um governo universal será capaz de controlar responsabilmente o poderio militar e econômico global. Se a paz universal é imprescindível à sobrevivência da humanidade, um governo universal também o é. Todavia, como não existe tal governo, urge iniciarmos a busca de caminhos que conduzam até lá e começarmos a andar por eles. Se a única possibilidade de um organismo responsável pela paz universal é a asso-

ciação da raça humana em alguma forma de governo de âmbito mundial, conseqüentemente órgãos distintos, de responsabilidades limitadas — instituições políticas, econômicas e religiosas — continuarão a existir e encontrarão justificativa para a sua existência, somente na medida que tiverem em vista a paz universal vindoura e o futuro governo universal. Em cada decisão a ser tomada, a preocupação central não deverá ser “Quais as vantagens que poderão advir para o meu país?” e sim “De que forma isto concorrerá para a promoção da paz?” De semelhante modo as relações “Externas” das igrejas umas com as outras também deverão ser reestruturadas em termos da política doméstica ecumênica de uma Igreja una.

A solidariedade no sentido de evitar-se o desfecho que nos ameaça a todos deve merecer prioridade em relação às lealdades de raça, classe ou nação. As pretensões de qualquer grupo à auto-suficiência total e todas as formas de interesse próprio, seja de nação, classe ou religião, são nocivas, em qualquer caso, à causa da paz. A trajetória para tal mudança de atitude é longa e o tempo é curto. Muitos acham que os defensores destas idéias estão “contaminando os próprios ninhos” e traindo a sua classe ou o seu país. Mas estes são, na realidade, os filhos da liberdade e herdeiros do futuro.

Que vem a ser esse fenômeno, que denominamos paz? A luz das nossas infelizes experiências, é mais fácil encontrar definições negativas do que positivas. Dizemos: “A paz é uma condição de vida, livre da violência e da ameaça da violência, livre da opressão e da agressão”. Estamos, pois, mais dispostos a pôr fim a qualquer conflito, mediante um acordo de cessar-fogo ou a assinatura de um pacto de não-interferência ou um tratado de não-agressão, do que mediante a assinatura de um verdadeiro tratado de paz — mesmo na Igreja, lamentavelmente. Essa descrição negativa da paz, embora importante, é incompleta. Deve ser ampliada pela visão positiva de uma utopia realista. Poderíamos dizer: “A paz significa que as partes con-

flitantes estão integradas em um único sistema global que satisfaça os requisitos da justiça social”. Isto, porém, descreve apenas o caminho a ser percorrido, e não a meta em si. A ordem suprema da paz somente nos é conhecida na história através da esperança e da fé. Todavia, importa que a caminho da paz exista, na história da humanidade, uma ordem transitória de paz, comparável à ordem suprema. O “evangelho da paz” (Ef. 6:15) oferece-nos a **esperança que é inseparável da fé**, mas a **esperança em ação** busca analogias, comparações, algo que preconize a ordem suprema da paz, nas condições dos dias atuais. O caminho da paz não é simplesmente um ideal; é um verdadeiro processo. Na medida em que trilhamos este caminho deixamos de ser adversários em divergência para nos tornar companheiros com divergências. O conflito se dirige para os canais relativamente inofensivos da discussão e de concessões mútuas. As divergências passam a ser tratadas não de forma destrutiva, mas sim construtiva. As considerações de defesa comum contra um perigo comum assumem então importância maior, e as diferenças inevitáveis são relegadas a um segundo plano. A história conta que os cretenses estavam sempre lutando entre si; somente em face do inimigo comum mostravam-se coesos. Hoje, em nosso mundo dividido, o inimigo comum torna-se cada vez mais patente. É o suicídio universal.

No caminho da paz, é muito cedo ainda para cogitar-se da eliminação total da violência, mas podemos iniciar falando do seu controle e limitação. É cedo para falar-se no reino da liberdade, mas já podemos indicar alguns exemplos práticos de libertação face à opressão. Ainda é cedo para se pensar em atingir a própria felicidade, mas podemos ir cuidando de superar as causas do sofrimento em grande escala. O caminho da paz é um processo de várias dimensões. Terá de ser encontrado nos círculos viciosos da pobreza e da exploração; da violência e da opressão; da alienação racial e cultural; e do progresso industrial e destruição da natureza. Buscá-lo nestas áreas, em face do desânimo e do

desespero universais da humanidade, será a nossa maneira de responder pela esperança que há em nós”.

Estes círculos viciosos interagem constantemente e levarão, afinal, à morte. A ação em prol da paz deverá, pois, buscar caminhos viáveis — econômicos, políticos, tecnológicos, culturais e religiosos — que conduzam, finalmente, à vida.

A Igreja não se limita a falar a respeito da paz; ela se entende como um testemunho, um sinal, um prenúncio (sacramento) daquele *shalom* que compreende Deus, a humanidade e toda a criação. Mas o que a Igreja tem a dizer sobre a paz se expressa antes de tudo através da sua forma exterior, da sua organização na esfera social, da sua política. Não raro, a forma visível da Igreja nega o testemunho da paz de que tanto se fala no seio dela. Sob que condições poderão as igrejas contribuir para a paz universal? Já dissemos que a existência dos órgãos responsáveis pela paz no mundo somente se justifica na razão em que tiverem em vista a humanidade no seu todo. Somente aqueles que agem de acordo com os interesses de toda a humanidade têm razão de ser. Qualquer pretensão à auto-suficiência é um obstáculo à paz. Toda recusa à cooperação é uma ameaça à paz.

A primeira implicação disto para a cristandade como um todo é que ela não poderá continuar a representar a universalidade do sacrifício de Deus por todos os homens em Cristo, através de qualquer pretensão por parte da Igreja de ser absoluta. Somente o poderá fazer através da disposição de entrar em diálogo franco com grupos de outras crenças e a cooperar com eles, incondicionalmente. A verdade de Deus é universal, e o seu amor se estende a toda humanidade, assim como é certo que Cristo morreu por todos os pecadores. A Igreja, porém, não é, ela mesma, universal. Somente através da sua preocupação em ser aberta a todos os homens, poderá demonstrar o amor e a verdade de Deus. Aqueles que rejeitam o diálogo com Israel, com Budistas ou Marxistas, são os que temem pela sua própria fé ou que

desejam extinguir as verdades de Israel ou do Budismo ou do Marxismo. Todavia, não se perde, no diálogo, o ponto de vista próprio; é mais certo que ele se esclarece. O diálogo não torna relativa a fé cristã. Antes, ele a conduz à formação de relações vivas. Quanto mais a Igreja se der à reflexão em torno da solidariedade do Crucificado com toda a humanidade, tanto mais relevante ela se tornará para os demais, e adquirirá uma identidade imediatamente reconhecível como cristã. Qualquer pretensão à soberania por parte da Igreja estaria em contradição com a soberania de Cristo, que veio não para ser servido, mas para servir. Ele, entretanto, serviu primeiramente aos publicanos e pecadores, aos pobres e proscritos, aos humilhados e desesperados. Semelhante serviço faria da Igreja uma realidade atuante em prol da libertação de cativos tais como esses. Servindo em primeiro lugar aos oprimidos, aos abandonados e aos desesperançados, ela serve a toda a humanidade e promove a comunhão humana.

Outra implicação é a de que a cristandade não poderá continuar a apresentar-se a este mundo dividido e ameaçado, sob a forma de igrejas separadas, que constantemente negam o direito das demais de encarnar a verdade e a comunhão. Apesar da fragmentação política e religiosa da cristandade, em denominações e partidos, persiste ainda um certo conhecimento da unidade da Igreja em Cristo. É este o espírito que hoje busca expressão no movimento ecumênico. Somente uma cristandade ecumênicamente unificada poderá tornar-se corpo da verdade de Cristo. Somente a paz ecumênica na Igreja testemunhará ao mundo o evangelho da paz. A oposição mais refratária se encontra no particularismo das denominações, no provincialismo das estruturas eclesiásticas e na vinculação das igrejas a estruturas nacionais e sistemas sociais. Após cada período de aproximação ecumênica, alguns políticos eclesiásticos sofrem, obviamente, uma crise de identidade e se retraem; conseqüentemente os seus contactos com o Conselho Mundial de Igrejas se reduzem. O caminho a ser tomado

pelo movimento ecumênico parece-nos bem claro: inicialmente, levou do **anátima** ao **diálogo** e, em seguida, do **diálogo** à **cooperação** entre igrejas separadas, em instituições ecumênicas. Agora, deverá levar da **cooperação** entre igrejas separadas à tolerância e à eliminação de diferenças, em **uma só Igreja** — isto é, da comunhão nas diferenças, às diferenças em comunhão. O relacionamento conciliar não significa uma vida sem conflitos, mas sim uma vida que contém dentro de si as contradições, que as suporta e luta por resolvê-las. Quando isto se realizar, estará aberto o caminho para a unidade da Igreja, no seu credo, no sacramento e na ação política. Já que não existe hoje uma autoridade externa, tal como o Imperador, que coloque claramente diante da Igreja os elementos da comunhão, de modo tal que as diferenças possam ser resolvidas internamente, a nossa compreensão da urgência da situação mundial deverá levar-nos a tomar, nós mesmos, essa iniciativa. Devemos considerar se não convém que os laços de lealdade com as nossas próprias confissões cedam lugar, progressivamente, à solidariedade com a cristandade ecumênica.

A implicação final é que, através do processo ecumênico as igrejas, individualmente, devem libertar-se dos elos que as prendem a raça, povo, classe e nação. Já se tornou evidente que, para muitas igrejas, a sua participação no movimento ecumênico constitui um estímulo no sentido de uma atitude de objetividade crítica em relação às sociedades de que fazem parte. Como entidades sociais, as igrejas não independem dos interesses das sociedades, culturais e nações em que vivem, é claro. Todavia, ao conformar-se irrefletidamente às imposições da sociedade e da nação, muitas vezes, no passado, a Igreja se tem deixado trair, glorificando a guerra e invocando a sua bênção sobre o emprego das armas e os falsos deuses da sociedade. Repetidamente, a Igreja tem sido obrigada a aceitar o papel de uma **religião nacional**, cuja incumbência era a de justificar a hostilidade contra os de fora e sancionar a injustiça doméstica. Todavia, quando

isto ocorre, a Igreja perde a sua identidade com o Cristo crucificado. É essencial que, ao desenvolverem o esforço necessário no sentido da sua adaptação (indigenização), as igrejas conquistem a liberdade de crítica. Somente assim poderão tornar-se órgãos capazes de agir em favor da paz universal. A participação no movimento ecumênico constitui um importante esteio, a caminho da aquisição dessa liberdade. Por outro lado, as igrejas maiores se encontram diante do dilema enfrentado por todas as grandes organizações, qual seja, a necessidade de se acomodarem à opinião da maioria de seus membros. Para que tenham liberdade, portanto, elas têm de contar com os grupos de renovação de âmbito local, que se permitem ser menos cautelosos no seu modo de agir como discípulos de Cristo e no serviço da paz. O movimento ecumênico demoraria muito, se tivesse de aguardar uma aproximação entre as organizações das grandes igrejas. Os movimentos ecumênicos, de âmbito local, em forma de comunidades, grupos de ação, núcleos *shalom*, grupos de casais de casamentos mistos, comunhões eucarísticas e outros, longe de ser repudiados como "fenômenos marginais", irregulares, devem ser reconhecidos pelas grandes igrejas como autênticos precursores e pioneiros. O CMI deverá pleitear, se for necessário, junto aos representantes das igrejas maiores, em favor das razões de ser de tais movimentos.

A comunhão da Igreja com outros seres humanos e o serviço da paz através da Igreja significam que a Igreja deve estar presente e trazer libertação, nas situações concretas dos círculos viciosos onde é mais real a ameaça da destruição universal.

a) **O círculo vicioso da pobreza** se encontra hoje nas diferenças de classe existentes em sociedades distintas, e nas diferenças entre os países industrialmente desenvolvidos e os países agrários, de menor desenvolvimento. Os sistemas econômicos operantes levam a um progresso que é desigual, irregular e injusto. No conjunto aumentam, sem dúvida, a renda per capita; mas os lucros não são

aplicados equitativamente para o benefício de todos. Para muitos indivíduos e para grupos da população — para os operários migrantes da Europa Ocidental, por exemplo — o resultado é um ciclo infindo de pobreza, trabalho árduo e exploração, sem nenhuma perspectiva de jamais se libertarem da pobreza. Para os países não-industrializados também o resultado é um círculo sem esperança: o preço dos produtos agrícolas no mercado mundial baixa, o custo dos produtos industriais aumenta. Estes países são, pois, obrigados a contraírem dívidas cada vez maiores, e não encontram saída para sua situação de pobreza e dependência. Tornam-se mais desanimados do que nunca. Temos que discutir em termos práticos o que significa a presença de Deus nesta situação e nos outros círculos viciosos, tendo sempre em mente a Sua universalidade.

Para muitos dos que, neste círculo vicioso de pobreza, passam fome e necessidade, Deus não está morto. Se Deus é a "preocupação suprema" do homem, então para eles, ele é pão. São eles os que suportam o ônus desse crescimento econômico desequilibrado, que beneficia os poucos. No contexto deste círculo vicioso, a comunhão com todos os homens significa a ação pela justiça social e uma redistribuição do poder econômico. A medida a ser tomada, neste caso, é "pão para o mundo". Nesta situação, o CMI deveria fixar um sinal de comunhão, na forma de um "Programa de Combate à Exploração".

b) Na interior desse círculo vicioso de pobreza, existe também um **círculo vicioso de violência e opressão**, que se manifesta, em determinadas sociedades, sob a forma de classes dominantes e ditaduras e, também, nas relações entre nações poderosas e as destituídas de poder. A violência gera a contra-violência. A ditadura gera a rebelião. A opressão ceifa milhões de vidas. Ai também, o resultado é um círculo sem esperança. Depois de cada tentativa frustrada de revolução, a maquinaria da opressão volta a funcionar, mais bem montada do que nunca, ao passo que as revoluções bem sucedidas freqüentemen-

te levam a novas formas de opressão organizada. O incremento constante da violência organizada e da contra-violência espontânea é um sinal alarmante. No âmbito internacional, a corrida armamentista parece estar levando a semelhante impasse. Até aqui, os sistemas de defesa e contra-defesa militares garantiram a paz, mas atualmente estão entrando numa fase de instabilidade. As probabilidades de guerra crescem, porque a incerteza e a desconfiança mútuas aumentam. A corrida armamentista segue um curso de conseqüências nitidamente previsíveis, numa espiral descendente rumo à destruição total. Outro fator ponderável é a extensão do complexo industrial-militar e a exploração de sistemas econômicos e monetários mundiais para fins militares.

Para os oprimidos e os ameaçados, neste círculo vicioso de violência, a presença de Deus é experimentada em termos de liberdade e de um clima de confiança. Nesta situação, a comunhão significa medidas práticas em prol do reconhecimento dos direitos humanos, inclusive o direito da resistência à ditadura, e a ação no sentido da eliminação de sistemas baseados na intimididação, e do desenvolvimento de sistemas fundamentados na confiança. Neste contexto, um dos passos a serem dados seria a efetivação do direito de asilo para os que sofrem perseguição. Assim como o Congresso Pan-Africano de Igrejas preparou o caminho para o tratado de paz no Sudão, assim também a Assembléia Européia de Igrejas poderia abrir caminho para uma consulta sobre segurança européia. Na qualidade de órgão não-governamental, o CMI deveria também procurar cultivar contatos extra-oficiais, tão necessários na política.

c) Dentro do círculo vicioso da violência, encontra-se o **círculo vicioso da alienação racial e cultural**. Os seres humanos podem ser dominados e obrigados a se conformarem, sendo-lhes roubada a identidade e reduzidos ao nível de objetos a serem manipulados. Quando isto ocorre, perdem os seus nomes e o respeito próprio e podem ser moldados conforme a vontade dos seus governan-

tes. Nenhuma tentativa de combate à pobreza e à opressão terá êxito se não incluir a libertação dos homens da alienação cultural, ideológica e colonialista. Não raro, o preço da vitória sobre a pobreza e o domínio estrangeiro é uma nova forma de alienação. Os seres humanos podem sobreviver em liberdade relativa, mas perdem o conhecimento de quem realmente são.

Nesta situação, a comunhão significa, em termos práticos, a comunicação e o compartilhar do sentido de identidade, de auto-confiança e de respeito mútuo. Somente através do reconhecimento dos outros, em toda a sua diversidade, poderemos descerrar a esfera em que eles serão capazes de descobrir a si mesmos e dar expressão à sua identidade cultural e racial. No círculo vicioso da alienação, a presença de Deus se faz conhecer como uma nova consciência de identidade, adquirida através do reconhecimento mútuo: reconhecendo os outros, e sendo por eles reconhecido. Através do seu Programa de Combate ao Racismo o CMI já fixou, no interior deste círculo vicioso, um sinal de comunhão que tem de ser consubstanciado, não pela integração de todos em u'a massa amorfa de indivíduos idênticos e sim pelo reconhecimento da identidade e da diferença racial.

d) Ultimamente, começamos a tomar consciência de que, nos círculos viciosos da pobreza, da violência e da alienação, existe ainda outra espiral, mais abrangente e mais mortífera, a saber, o **círculo vicioso da destruição da natureza pela indústria**. Quanto mais poder o homem adquirir sobre a natureza através da tecnologia, maior se torna a sua responsabilidade para com ela. Mas a confiança cega no progresso já perturbou irremediavelmente o equilíbrio da natureza. Os "limites do crescimento" já podem ser calculados. A não ser que se encontre uma acomodação entre o progresso e o equilíbrio da natureza, o suicídio ecológico da humanidade deixará de ser simplesmente uma ameaça vaga, tornando-se um acontecimento com data marcada.

No círculo vicioso da crise ecológica, o grandioso empreendimento da Revolu-

ção Industrial chega ao fim. Por enquanto a tecnologia não encontrou saída para esta crise. Os hábitos arraigados de pensamento e o sistema total de valores que nós impelem à produção e ao consumo cada vez maiores têm de ser transformados desde as suas raízes. As grandes esperanças depositadas no poder do trabalho, da máquina e do progresso industrial, às vezes com fervor quase messiânico, foram traídas pelos próprios resultados destas forças que, na realidade, estão levando à destruição total.

Para aqueles que se vêem ameaçados pela morte ecológica, a presença de Deus é experimentada na alegria da existência e na harmonia da criação. Nesta situação, a comunhão significa a aniquilação da arrogância que faz do homem "maitre et possesseur de la nature" e o desenvolvimento da comunhão com a natureza. Significa por fim a exploração da natureza e aprender a viver em harmonia e cooperação com ela. Os valores cristãos que enfatizam o domínio da natureza pelo homem, que há muito têm prevalecido no Ocidente, devem ceder lugar aos antigos valores cristãos que se expressam na alegria da existência e no respeito pela criação. Isto importará em uma reorientação dos ideais básicos dos indivíduos e das sociedades: o verdadeiro valor da vida se encontra, não em ter e possuir, mas em co-existir com os semelhantes no mundo da criação. Passar dos ideais calcados em valores econômicos para ideais baseados em valores ecológicos significa deslocar a ênfase dos aspectos quantitativos para os qualitativos, em nossa atitude perante a vida. Se, nas palavras de Paulo, "o universo criado aguarda com ardente expectativa a revelação da liberdade dos filhos de Deus" (Rom. 8:19), então essa expectativa se centraliza hoje na seguinte questão: que esperança haverá para a natureza nas ações da humanidade? Até aqui, não existe nenhuma. Parece-me que, nesta situação, as formas de meditação e adoração pelas quais a Igreja primitiva expressava a sua fé e a sua vida adquiriram novo significado para o dia de hoje.

Algumas pessoas dizem que, no final, transformaremos o mundo em inferno; as atuais previsões científicas da destruição do mundo invadem de terror o coração de muita gente. Isto é demonstrado na perplexidade, no desânimo e na falta de sentido que hoje existe, não somente entre jovens, ao nível do subconsciente humano. O futuro tornou-se negro. E, como lebres paralisadas diante do olhar da serpente, os seres estão paralisados hoje pelo choque da descoberta do seu futuro. É a paralisia da apatia. Alguns se refugiam nos prazeres do momento, outros buscam fuga no mundo dos sonhos e da fantasia, enquanto outros protestam, militantes, contra a sociedade existente. A consciência do abismo da desesperança e da perdição se manifesta de muitas formas. Por isso as esferas de verdadeiro sofrimento, já mencionadas, foram consideradas como círculos viciosos dos quais não se pode escapar.

Nesta situação, a comunhão cristã significa o nosso testemunho conjunto do Deus que, pelo seu sacrifício sobre a cruz, já sofreu este inferno de abandono no lugar do homem, descortinando assim um futuro que contém a promessa da vida. O inferno do abandono e da perdição não nos espera, pois já foi ultrapassado: Ele o superou pela morte na cruz. Devido à sua fraternidade com eles, os perdidos já não estão abandonados. São adotados e levantados para uma esperança bem viva. O testemunho do Cristo crucificado compele a Igreja a responder pela esperança que tem, e este "responder" é consubstanciado no seu poder de exorcismo sobre os presságios de tragédia que nos ameaçam. Uma vez libertos do terror, da necessidade de bus-

car fuga no mundo dos sonhos, da compulsão militante de destruir, teremos coragem para tomar as medidas práticas necessárias, de maneira paciente e resoluta, nas esferas de necessidade já mencionadas. Se a esperança que é inseparável da fé, não estiver presente, tão pouco haverá ação solidamente fundamentada na esperança; e se esta não for traduzida em ação, não é a esperança inseparável da fé. Se a nossa comunhão não se expressar em ação prática nos círculos viciosos já mencionados, o nosso responder pela esperança permanece abstrato e torna-se docetista. Mas qualquer programa de libertação que não acender, ao mesmo tempo, as chamas da esperança inseparável da fé, é incompleto e torna-se apenas pragmático.

Conforme o Novo Testamento, a fraternidade de Cristo tem dupla dimensão: por um lado, é a fraternidade dele com os fiéis e destes uns com os outros; por outro, a Sua fraternidade com os mais humildes, os famintos, os alienados, os oprimidos, os desesperançados e os abandonados. Se a Igreja se entende como a fraternidade de Cristo, ela deverá tornar-se, em si mesma e através da sua presença no mundo, uma fraternidade dos crentes com os pobres, de amor para com os cativos, daqueles que têm esperança com os que já a perderam. Uma comunhão ecumênica de cristãos somente servirá verdadeiramente à paz de Cristo na medida em que se tornar ao mesmo tempo uma expressão de solidariedade com a **oikumene** oculta dos famintos, dos cativos e dos desesperançados.

(Tradução de Billy Gammon)